



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

#### REQUERIMENTO Nº , DE 2009

Requer a realização de audiência pública para discutir a aplicação de recursos públicos nos clubes formadores de atletas olímpicos.

Requeiro, nos termos do artigo 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir a aplicação de recursos públicos nos clubes formadores de atletas, com a participação das seguintes autoridades:

Ministro do Esporte, Orlando Silva Junior  
Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman  
Presidente da Confederação Brasileira de Clubes, Arialdo Boscolo  
Presidente do Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos,

Bruno Zech

Representante dos atletas

#### JUSTIFICAÇÃO

No dia 24 de janeiro deste ano, os jornais anunciaram o fim da equipe de ginástica artística do Flamengo e a saída de suas principais estrelas: Diego e Daniele Hypolito e Jade Barbosa. O fato, que foi contornado dias depois, foi mais um dos problemas que enfrenta o clube, altamente endividado. Na ocasião, o Presidente do Flamengo, Márcio Braga afirmou que “Sem patrocínio e sem apoio do COB ou do governo não temos como cumprir os compromissos e manter a ginástica olímpica”. A tônica vale para os demais esportes olímpicos e para os diversos clubes.

De lá para cá, clubes como Flamengo, Minas, Pinheiros, Corinthians, Vasco, Fluminense, Grêmio Náutico União e Sogipa, vem reivindicando parte dos recursos oriundos das loterias, fruto da Lei Agnelo Piva, através do recém criado Confao, Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos, que conseguiu emplacar sua primeira solicitação: o Ministério do Esporte anunciou no último dia 12 de fevereiro que lançará decreto com a nova divisão dos recursos das loterias.

Há muita polêmica em torno do assunto. Jornais como a Folha de São Paulo do dia 10 de fevereiro de 2009 e Correio Braziliense do dia 12 do mesmo mês, demonstram que há recursos, e o que falta é a correta aplicação. Segundo ao Folha, “em 2008, um valor superior a R\$ 1 milhão foi posto pelo governo federal à disposição da Confederação Brasileira de Clubes” e segundo o Correio “dos quatro clubes sociais que criaram o Confao, três já encheram os bolso com recursos da Lei de Incentivo Fiscal (...): Minas Tênis Clube (R\$ 29 milhões), Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo (R\$ 11 milhões) e Sogipa, de Porto Alegre (R\$ 800 mil).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

De outro lado, o comitê Olímpico Brasileiro alega que os recursos da Lei Agnelo Piva cobrem apenas um terço das necessidades e que o repasse para as confederações será prejudicado. No entanto, recebeu – segundo o Correio Braziliense de 12/02/09 – mais R\$ 52 milhões da Lei de Incentivo ao Esporte, e lembra quanto as confederações de vôlei, atletismo, ginástica, natação, entre outras, recebem de patrocinadores como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios e Infrero.

Qual a melhor solução? Só um debate amplo pode trazer luz à questão, neste sentido e diante de todo o exposto, e com vistas a levantar subsídios para uma política nacional de esporte, estamos propondo a presente audiência pública pelo qual solicitamos o apoio dos demais pares.

Sala da Comissão,      de março de 2009.

**Deputado SILVIO TORRES  
PSDB - SP**